

Elaboração do PDM de Odielas – proposta para discussão pública
Ata de Reunião de Concertação

Pág. 1 / 3






Assunto: Delimitação da Reserva Ecológica Nacional

Local	CCDRLVT - Lisboa
Data	11-12-2012
Hora	10.30

Ordem de Trabalhos

- 1 - Clarificar os fundamentos para aplicação do declive > 18%, para além do IPV4 e IPV5 nas Áreas de Risco de Erosão – Instabilidade Potencial de Vertentes, na zonas das vertentes de Odielas.
- 2 - Clarificar processo de exclusão de REN na articulação entre PMOT's.
- 3 - Clarificar o método de identificação das manchas a excluir.
- 4 - Clarificar critérios para fundamentar exclusões em áreas de elevado risco.
- 5 - Outros


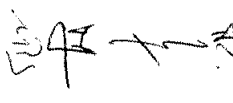
Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
Ponto 1	<p>A CMO questionou a introdução, no parecer final à proposta de REN e sem que tal tenha sido referido alguma vez durante o processo, de um novo critério que remete para a inclusão das áreas com declive > 18% nas Áreas de Risco de Erosão – Instabilidade Potencial de Vertentes na zonas das costeiras contíguas a Lisboa.</p> <p>A CCDRLVT alega persistirem dúvidas quanto à metodologia adotada na delimitação daquelas áreas pela proposta apresentada pela CMO, passando a tomar por base, para colimar as referidas dúvidas, as orientações do Quadro Regional da REN, com vista a assegurar uma melhor salvaguarda do risco e melhor coerência na delimitação da REN, quer dentro dos limites municipais de Odielas quer na continuidade entre esta e a delimitação proposta apresentada pela CMLoures para a costeira em Loures.</p> <p>Porante esta questão e na sequência dos termos referidos no parecer final, foram equacionados três cenários de solução alternativos:</p> <p>a) Aplicar integralmente a solução recomendada no parecer final para delimitação da REN Bruta e não efetuar exclusões nas costeiras em fase de REN Final. Na carta de REN devem ser delimitadas as UOPG abrangidas, referido que nessa área, em sede de PMOT se procederá à avaliação de eventuais áreas a excluir.</p> <p>b) Aguardar pelo estudo do LNEC para aferir a delimitação da REN Bruta;</p> <p>c) Idem à alínea a) para efeitos de delimitação de REN Bruta mas admitindo-se a exclusão das áreas de declive igual ou superior a 18% que se encontram edificadas e legalizáveis para efeitos de REN Final, sendo que essas áreas</p>	<p>A CCDRLVT aceitará uma das seguintes opções:</p> <p>1. A solução equacionada na alínea a);</p> <p>2. A opção equacionada na alínea b) mediante fundamentação em estudo geológico-geotécnico competente;</p> <p>3. A opção equacionada na alínea c) mediante diretiva superior da CCDRLVT.</p>	Não definido.	CMO.

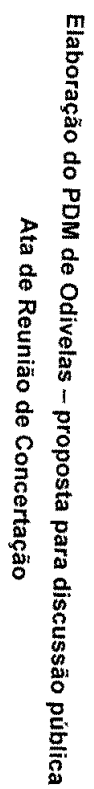






Elaboração do PDM de Odielas – proposta para discussão pública
Ata de Reunião de Concertação

Pág 2 / 3

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
	integração a Planta de Ordenamento - Prevenção de Riscos com aplicação de medidas de prevenção adequadas e proceder à necessária adequação do Regulamento do plano para adequar esta situação. A CCDRLVT considera este cenário como o menos adequado, tendo informado que os presentes não estavam em condições de aceitar este cenário o qual a manter-se teria que ser colocado superiormente.			
Ponto 2	A CMO questionou a CCDRLVT sobre a suscetibilidade de a REN ser alterada nas áreas de costeira com vista à prossecução dos processos de reconversão urbanística a decorrerem nos termos previstos nas respetivas UOPG definidas na proposta do PDM.	A CCDRLVT confirma que a delimitação da REN Final é suscetível de alteração mediante elaboração de PMOT de âmbito local.		
Ponto 3	A CMO questionou a CCDRLVT sobre o modo de identificar as áreas propostas a excluir, quer em tabela quer em carta.	A CCDRLVT confirma que deve ser adotada a tabela recomendada pelo documento de orientações da CNREN por aquela fornecido, devendo as áreas a excluir serem referenciadas espacialmente, através de um polígono, independentemente das tipologias que ocorram em cada caso. Deve ainda indicar-se para cada polígono a sua área total e as áreas de cada tipologia.		
Ponto 4	A CMO alertou a CCDRLVT para a necessidade de se complementar os critérios, referidos no parecer final, como admissíveis para justificação de exclusões, passando também a incluir as Informações Prévias favoráveis a operações urbanísticas, quer em período de validade quer as que tenham sido secundadas, dentro do seu prazo de validade, por requerimento de licenciamento ainda não deferido.	A CCDRLVT nada opõe desde que constituam direitos legalmente constituídos, apenas referindo que esses casos devem ser devidamente identificados e devem de constar nas propostas de exclusão como áreas comprometidas.		
Ponto 5	A CMO questionou a CCDRLVT sobre a competência do parecer não favorável da APA-ARHTEjo relativamente a algumas propostas de exclusão, designadamente em áreas de tipologia não inerente a recursos hídricos como Cabeceiras de Linhas de Água e Áreas de Risco de Erosão.	A CCDRLVT confirmou não deterem competência para se pronunciarem sobre essas áreas, aconselhando, contudo a ser procurada concertação embora não obrigatória. Recomendou ainda a realização de reuniões de concertação incluindo CCDRLVT, APA-ARHTEjo e ANPC para concertar aquelas e as outras exclusões que foram objeto de parecer desfavorável competente.		

[illegible]